

JESUÍTAS NO JAPÃO – CONFLITOS RELIGIOSOS E A POLÍTICA DO SAKOKUProfa. Dra. Michele Eduarda Brasil de Sá (UFRJ/UnB)¹

Resumo: O presente trabalho busca estudar o período conhecido como Século Cristão no Japão (1543-1639), especialmente a presença dos jesuítas portugueses, que ajudou as relações comerciais incipientes entre Portugal e Japão. Com a disputa interna pelo poder e com a chegada dos concorrentes de outros lugares (Inglaterra, Holanda, Espanha), os conflitos se intensificaram e sua presença e participação também ser considerada um dos motivos para o fechamento do Japão ao Ocidente.

Palavras-chave: História do Japão, Século Cristão, jesuítas, *sakoku*

Abstract: This work studies the period known as Christian Century in Japan (1543-1639), especially the presence of Portuguese Jesuits, who helped the fledgling trade relations between Portugal and Japan. With the internal power dispute and the arrival of competitors from other places (England, Holland, Spain), the conflicts intensified and their presence and participation might also be considered a reason for the closing of Japan to the West.

Keywords: Japan History, Christian Century, jesuits, *sakoku*

O chamado Século Cristão do Japão, período compreendido entre 1543 e 1639, foi uma época intensa, com o início das relações entre europeus (portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses, principalmente) e japoneses. Estas relações foram motivadas e impulsionadas pelo comércio e também pela religião, como aconteceu em outras campanhas da época das Grandes Navegações. Como em outros lugares do mundo neste mesmo período, sob a força de

¹ Doutora em Letras Clássicas pela UFRJ (2008). Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário da Cidade – RJ (2006). Professor Adjunto da Faculdade de Letras da UFRJ, em lotação provisória no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) da UnB desde maio de 2013. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5764556680061474>. E-mail: michelebrasil@unb.br

intervenientes externas e internas, os jesuítas desempenharam papel importante, de tal forma que se pode considerá-los, ao mesmo tempo, um apoio para o crescimento do comércio português no Japão e um dos motivos de seu fim, com o chamado *sakoku* – o fechamento do país.²

O ano de 1543 marca o início do processo de cristianização do Japão, quando o jesuíta Francisco Xavier chegou a Kagoshima, juntamente com Paulo de Santa Fé.³ Neste primeiro momento, referimo-nos ao cristianismo católico, pois os cristãos protestantes (principalmente holandeses e ingleses) só chegariam mais tarde. Por pressão dos bonzos⁴, os jesuítas foram proibidos de pregar o evangelho em 1550, conforme a ordem de Shimazu Takahisa⁵, e a partir daí foram para Kyoto, a capital na época, numa retirada estratégica para alcançar os homens que detinham o poder. A classe mais alta era um alvo propício tanto para a investida da religião quanto do comércio.

Deste momento em diante, a presença da Companhia de Jesus ganhou maior vulto na história do Japão. Sendo muitos dos jesuítas também comerciantes (BOURDON, 1993, p. 592-597), sua permanência em território japonês trazia certa instabilidade ao governo, uma vez que os jesuítas desagradavam aos líderes religiosos xintoístas e budistas (que já mantinham diferenças e animosidades entre si), mas ao mesmo tempo auxiliavam os mercadores, servindo de entreposto para o comércio japonês e chinês (Ibid., p. 637-643).⁶ Além disso, como os mercadores portugueses passaram a procurar cidades japonesas em que houvesse cristãos para sediar seus negócios, os daimiôs não só protegiam estes comerciantes, mas também se convertiam ao cristianismo. Há um episódio que bem ilustra esta receptividade da parte dos daimiôs, narrado por Francisco de Sousa. Trata-se da resposta do rei de Bungo aos bonzos que queriam expulsar os jesuítas:

² 鎖国令 (*sakokurei*) – ordem de fechamento do país. “[...] período em que as relações com os países europeus foram proibidas sob pena de morte (com exceção dos holandeses da ilha de Dejima, em Nagasaki) e em que as relações com os países asiáticos foram rigorosamente controladas pelo governo.” (FRÉDÉRIC, 2008, p. 996)

³ Ansei Yajiro, ou simplesmente Anjiro: passou a chamar-se Paulo de Santa Fé depois de se converter ao catolicismo. Tendo fugido para a Índia depois de haver assassinado um homem, lá encontrou o Padre Francisco Xavier, que o evangelizou.

⁴ Bonzo – sacerdote budista. Do japonês 坊主 (*bôzu*).

⁵ Senhor feudal de Satsuma, cuja capital era Kagoshima, onde chegaram os primeiros jesuítas.

⁶ Daimiô – em japonês 大名 *daimyo*, “grande nome”. “Título dado a todos os senhores que governavam grandes territórios e que tinham grande número de vassalos[...].” (FRÉDÉRIC, 2008, p. 209)

Haverà dez, ou doze annos, que tenho os Padres nas minhas terras. Antes que elles viessem, era senhor de três Reynos, & agora o sou de cinco: era muito pobre de dinheyro, agora não ha Rey em Japão, que tenha tantos thesouros: não tinha filhos, & summamente os desejava, agora os tenho. Com elles me entrãrão em casa todas as felicidades. Dizey-me vòs agora, que proveyto me veyo de vos sustentar a vòs, & a vossa ley tantos anos? (SOUSA, 1978, p. 1121)

Tal força tinham os jesuítas que conseguiram do Papa Gregório XIII uma bula que lhes garantia direito exclusivo nas terras do Japão. Segundo esta bula, que causou tumulto entre outras ordens, apenas os padres da Companhia de Jesus poderiam ir ao Japão para pregar, administrar sacramentos ou ensinar a doutrina. Era o chamado Padroado Real Português, definido como “uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil” (BOXER, 1981, p. 99).⁷

A pena para quem desobedecesse à regra era simplesmente a “excomunhão maior”. Desta maneira, os jesuítas desprendiam esforços também para perseguir missionários e padres de outras ordens, que chegavam ao Japão sem reconhecer a proibição. Foram os frades espanhóis que primeiro desafiaram o padroado exclusivo de Portugal no Japão. Eles tinham como argumento mais forte o fato de que Portugal – através da Companhia de Jesus – não dispunha de número suficiente de missionários para atender à seara, ou melhor, para alcançar as muitas almas não só do Japão, mas da região das Índias como um todo (BOXER, 2000, p. 231). O argumento de cunho religioso, posto diante do Papa, sobrepujava qualquer outro e acabava por mover padres de outras ordens e procedências ao Japão, apesar da bula proibitória. A rivalidade era mais ferrenha entre os jesuítas e os dominicanos e franciscanos (BOXER, 1981, p. 88).

Os jesuítas e a situação política do Japão à época

⁷ Ainda com relação ao padroado entendido como um direito: “O direito ao Padroado (...) consistia fundamentalmente em dar a Portugal o direito de apresentação à Santa Sé dos prelados das dioceses padroairas, à posse das mesmas dioceses e à apresentação ao Bispo dos cônegos, párcos, beneficiados, etc., cumprindo ao Estado Padroiro conservar as dioceses e o pessoal e vigiar a propagação da fé.” (PEREIRA, 1953, p. 151)

Em 1568, o daimiô Oda Nobunaga procedeu com sucesso à centralização política, aplacando provisoriamente as rivalidades dos senhores feudais. Durante o período de sua hegemonia, a entrada de estrangeiros – e, conseqüentemente, das armas de fogo, das outras mercadorias, da religião e da cultura estrangeira – foi facilitada, principalmente pelo fato de Nobunaga precisar das inovações aplicadas à guerra para ser bem sucedido em seu esforço de centralização do poder no Japão. Os portugueses aproveitaram bem esta abertura, sendo eles os únicos europeus a manterem relações comerciais com os japoneses durante um longo período.

Quando Nobunaga morreu, em 1582, as rivalidades entre daimiôs vieram à tona novamente. Quatro dos generais de Nobunaga formaram uma espécie de Conselho, mas um deles, Toyotomi Hideyoshi, eliminou os outros três e continuou no caminho da centralização política com mãos de ferro. Tokugawa Ieyasu, outro respeitado chefe militar, buscava por sua vez intensificar seu poder político, mas apoiou Hideyoshi até que este morreu (COUTINHO, 1999, p. 21).

Hideyoshi mostrou-se, num primeiro momento, favorável aos missionários, com quem cada vez mais aumentava seus laços comerciais (JANEIRA, 1988, p. 49). Porém, em 1587, baixou um édito de expulsão dos jesuítas, segundo o qual eles teriam de deixar o Japão em até vinte dias.

As razões que levaram Hideyoshi a baixar este édito são obscuras. Presume-se que os constantes protestos dos bonzos, em favor do respeito às tradições, pudessem ser a principal razão. Curiosamente, Matsuda, em seu livro “The Relations between Portugal and Japan”, relata um fato que atesta a desconfiança do xógum de que os jesuítas pudessem estar planejando uma invasão militar para tomar o poder.⁸ Em 1585, o líder provincial, Padre Coelho, mandou uma carta ao governador das Filipinas pedindo-lhe que enviasse quatro navios de guerra, com suprimentos e homens, para ajudar os daimiôs cristãos. Logicamente, por não querer desagradar Hideyoshi, o governador das Filipinas (dominadas pela Espanha) recusou-se a oferecer o que fora

⁸ Xógum - em japonês 将軍(shôgun), “comandante militar”. “Na realidade [...] uma espécie de ditadores militares que governavam no lugar do imperador, do qual vinha a autoridade que tinham, pois era o chefe espiritual da nação japonesa.” (FRÉDÉRIC, 2008, p. 1070)

pedido pelo Padre Coelho. Esta atitude impensada, somada à destruição de templos budistas e xintoístas (atribuída aos cristãos), já compôs motivo bastante para um édito de expulsão (MATSUDA, 1965, p. 29-31; SANSOM, 1977, p. 172). A expulsão era referente aos jesuítas, não aos comerciantes, mas é sabido que boa parte dos padres se ocupava também do comércio, o que veio trazer preocupação à Companhia como um todo (JANEIRA, 1988, p. 55).

Antes de Hideyoshi morrer, em 1598, ele havia instituído um Conselho de Regência com cinco daimiôs (entre eles Ieyasu), para assegurar que seu filho Hideyori, na época com apenas cinco anos, tivesse o seu direito respeitado. Isto, porém, não aconteceu: Ieyasu começou a demonstrar suas reais intenções de assumir o poder logo após a morte de Hideyoshi. Acabou por enfrentar a oposição de um daimiô chamado Mitsunari e de alguns outros, especialmente os daimiôs do Oeste de Kyushu, muitos deles cristãos – o que viria a fazer muita diferença para o comércio com os portugueses (COUTINHO, 1999, p. 23-24).

Mitsunari, juntamente com o exército dos daimiôs do Oeste, partiu para a aldeia de Sekigahara a fim de impedir a chegada de Ieyasu a Osaka, onde morava Hideyori, protegido por alguns daqueles que ainda se mantinham fiéis à memória de seu pai. Traídos por um de seus generais, Mitsunari e seus aliados foram derrotados por Ieyasu, que restaurou o chamado *bakufu* e procurou, a título de estratégia, não hostilizar Hideyori, pelo menos abertamente.⁹ Com esta nova medida, Ieyasu tornava-se então o líder japonês mais poderoso, como era seu desejo.

Quando Ieyasu transferiu a sede da administração do *bakufu* para Edo (atual Tóquio), na ilha de Honshu, foi criada mais uma dificuldade para o comércio com os portugueses. Os mercadores portugueses tinham que oferecer bons presentes ao xógum e prestar-lhe homenagem, uma vez que era ele quem decidia a respeito das relações comerciais e da chegada de estrangeiros. Com o xógum afastado de Nagasaki, cidade onde os portugueses então se concentravam, cumprir estas obrigações formais se tornava um fardo ainda mais pesado. Edo tinha se tornado a principal cidade para o Japão, já que era a nova sede do poder, mas Nagasaki continuava sendo a cidade japonesa mais importante para os portugueses, já que era conhecida

⁹ *Bakufu* – em japonês 幕府, “governo a partir da tenda”, ou seja, “governo do comandante militar”, não a partir de um palácio. O imperador detinha o poder apenas figurativamente, ficando o chefe militar responsável pelo governo político de fato.

como a “cidade internacional do Japão”: havia ali portugueses, outros padres estrangeiros, intérpretes, comerciantes de várias nacionalidades, especialmente chineses e espanhóis (MATSUDA, 1965, p. 36-7).

Perseguição religiosa e apostasia

O cerco foi se apertando contra os missionários portugueses. Dentro da política de centralização iniciada desde Oda Nobunaga, foi imposto um juramento de fidelidade em 1611. Uma das cláusulas deste juramento era a “obrigação de negar alojamento a pessoas culpadas de agir contra as leis do Xógum ou de desobedecer à sua vontade”. Isto serviu de incentivo à perseguição dos cristãos católicos, ainda mais depois da ocorrência de outros escândalos de natureza político-econômica que contaram com a participação de japoneses recém-convertidos ao catolicismo.

Não tardou muito, foi baixado outro édito de expulsão em 1614. Este, diferentemente do primeiro, foi efetivamente cumprido. Os servidores do xógum não tinham razões suficientes para contrariá-lo. O principal motivo do édito era o fato de o cristianismo (a “lei perversa dos padres”) atacar e condenar as seitas religiosas tradicionais japonesas (COUTINHO, 1999, p. 33). Já era possível tomar-se uma medida radical como esta, porque havia então outras opções de comércio. Estava encerrado o breve monopólio português no comércio com o Japão, com a chegada de Holanda e Inglaterra.

Em junho de 1615, Ieyasu e seu filho Hidetada tomaram o castelo de Osaka, onde vivia Hideyori, herdeiro de Hideyoshi. Mesmo com a promessa de ter a sua vida poupada, Hideyori se suicidou em quatro de junho. Depois disto, ficou claro que nada nem ninguém obstaría o poder do clã Tokugawa no Japão.

Neste confronto em Osaka, muitos nobres cristãos foram capturados como defensores de Hideyori. Havia ainda, dentro do castelo, sete padres (dois deles jesuítas), mesmo depois do édito de 1614, que lhes proibia continuar no Japão (Ibid., p. 35-37). Estes fatos levaram a uma hostilidade ainda maior da parte do xógum em relação aos padres e à sua lei. Todos os daimiôs

que se mostravam leais ao xógum manifestavam tal lealdade com medidas de busca e de punição de padres e afins. Em 1625, por exemplo, em Hirado (na província de Nagasaki), foi ordenado que todos os chefes de família se dirigissem a um dos templos da religião tradicional para que jurassem publicamente e diante do altar que não tinham cristãos abrigados em suas casas. Há registro de que as declarações nestas solenidades foram assinadas com o próprio sangue dos declarantes (Ibid., p. 42).

O governo japonês começou então a valer-se de espiões, cujo número aumentava por causa das recompensas que eram oferecidas, instituídas mediante lei, na qual apareciam discriminadas segundo a hierarquia do denunciado. Em outras palavras, a recompensa variava dependendo da figura de que se tratava: se um padre, um irmão ou um *dojuku*.¹⁰ O quadro apresentado a seguir elucida esta questão:

Recompensas oferecidas pelos religiosos católicos (a partir de 1625):

Cat egoria	Recompensa máxima	Recompensa mínima
Pa dre	500 peças de prata	200 peças de prata
Ir mão	300 peças de prata	100 peças de prata
<i>Doj</i> <i>uku</i>	100 peças de prata	50 peças de prata

(Fonte: C.R.BOXER, 1993, p. 336, apud COUTINHO, 1999, p. 86.)

As medidas tomadas contra os padres ficaram cada vez mais rígidas. Em Nagasaki, a punição dada à família que abrigasse cristãos atingia também as quatro famílias vizinhas (duas de cada lado), justificando-se esta medida pelo fato de não estarem estes vizinhos atentos ao que se

¹⁰ *Dojuku* – catequistas ou ajudantes dos padres.

passava na casa próxima (COUTINHO, 1999, p. 48). Todas estas medidas tiveram reflexo na atividade comercial dos portugueses e, mesmo com toda a proibição, os mercadores portugueses se sentiam com o dever religioso de prestar ajuda aos missionários, mesmo com tantas sanções da parte do governo.

É bem verdade que nenhum governo, em qualquer época ou lugar, desfrutava de apoio completo. Sempre existe um núcleo, ainda que pequeno, de oposição. Os chamados *ronin* formavam este grupo insatisfeito e, apesar de reduzido, bastante articulado.¹¹

A ordem política instaurada pelo clã Tokugawa teve como consequência a redução do número de feudos e a transferência (ou usurpação) de senhorios para os generais de Ieyasu, o que deixou muitos *ronin*. O clã Tokugawa, a fim de desbaratá-los, espalhou-os pelo campo como pequenos proprietários ou como mera mão-de-obra, proibindo-lhes de permanecer na cidade (Ibid., p. 51). Dada esta condição, os *ronin* se sentiam, além de insatisfeitos, humilhados.

Por mais que o *bakufu* tentasse acabar com a “lei dos padres” no Japão, todas as medidas tomadas pareciam ineficazes para cumprir este desígnio. Parecia que a perseguição só fazia aumentar ainda mais a fé dos perseguidos. Mas isto não se deve apenas ao trabalho dos padres: a evangelização na “terra do sol nascente” não teria transcorrido de forma tão fluida se não fosse pela ajuda dos cristãos japoneses (SANSOM, 1977, p. 174). Eles demonstravam interesse em converter seus familiares, seus vizinhos. Enfim, por causa da disciplina característica do povo japonês, a Grande Comissão bíblica (“Ide e fazei discípulos”) foi cumprida com maior determinação. Ainda que os jesuítas tenham sido tolerados em princípio por causa de seu serviço como intérpretes nas relações comerciais, o que faz pensar que não foi a religião católica que os firmou no Japão, mas o mérito de suas habilidades linguísticas, é preciso considerar que os convertidos em determinadas províncias eram muitos, e o seu fervor na nova crença era tão profundo que os fazia suportar mesmo as piores torturas na época em que a perseguição se tornou ainda mais severa (COUTINHO, 1999, p. 29).

Muito curiosamente, os católicos enfrentaram uma espécie de “Inquisição” em solo japonês. Em 1635, foi criado o cargo de *jisha bugyo* (“superintendente de templos e altares”), que

¹¹ *Ronin* – em japonês 浪人; homens de armas desempregados.

se tornaria uma espécie de inquisidor responsável por perseguir cristãos.¹² Este cargo era revestido de uma autoridade quase absolutamente inquestionável que lhe permitia torturar e matar os cristãos que não renegassem a sua fé.

Os suplícios aplicados eram utilizados com o principal objetivo de provocar a apostasia, mais até do que de castigar os cristãos.¹³ Por isso, caracterizam-se por trazer uma morte lenta e um sofrimento crescente e constante. Valdemar Coutinho (1999, p. 67) cita alguns destes suplícios, fazendo a ressalva de haver outros piores: crucificação, morte pelo fogo no poste, a cova (vítima pendurada pelos pés numa barra colocada sobre um buraco no chão), águas quentes sulfurosas (em Unzen).

É bem verdade que a apostasia é algo muito sutil e subjetivo. Na hora do sofrimento, qualquer um pode dizer qualquer coisa para dele escapar, e, depois de libertado, pode voltar a professar sua fé. Por isso, em rigor, só eram considerados verdadeiros apóstatas aqueles que, estando livres do castigo e “recuperando as suas faculdades mentais”, continuavam a negar a fé (Ibid., p. 75).

Melhor ainda que conseguir que os fiéis apostatassem, seria conseguir que um padre o fizesse. Seria mais fácil convencer os convertidos a renegar a sua fé se fosse mostrado algum padre fazendo isto. Coutinho cita alguns casos de apostasia: o do irmão Fukan Ungyo Fabião (que, por não ser padre, não fez repercutir de maneira tão grave a sua desistência); o do padre Tomé Araki (que dava mau testemunho desde antes, tal que sua apostasia já era, de certa forma, esperada pelos companheiros); e, sem dúvida, o que mais mexeu com a Companhia de Jesus neste contexto: o caso do Padre Cristóvão Ferreira (Ibid., p. 73-74). Por ser imbuído de grande responsabilidade, um cargo de chefia, e sendo um padre hierarquicamente acima de outros padres, Cristóvão Ferreira causou um rebuliço dentro e fora da Companhia. Ele passou a viver maritalmente com uma mulher japonesa, viúva de um chinês, e teve até filhos com ela. Há quem

¹² *Jisha bugyo* – em japonês, 寺社奉行. O homem que ocupou este cargo por mais de dez anos foi Inoue Chikugo-no Kami. Faz-se referência a ele como tendo sido cristão anteriormente ou como tendo vasto conhecimento a respeito do cristianismo católico (COUTINHO, 1999, p. 60-61).

¹³ “A melhor prova de que a apostasia era o grande objetivo da perseguição anticristã foi a decisão de utilizar médicos junto de cristãos sujeitos à tortura, nas águas ferventes de Unzen, a fim de que não morressem e tivessem a oportunidade de renegar a sua fé.” (Ibid., p. 67).

diga que, antes de morrer, Cristóvão Ferreira tenha se arrependido e tentado voltar atrás, para consertar a sua atitude, mas não há provas que sustentem satisfatoriamente esta assertiva. Os seus escritos finais são reticentes, não possuindo força para que deles se interprete com certeza algum arrependimento de ter apostatado.

Uma das “provas” de renegação da fé que os japoneses algumas vezes exigiam aos padres jesuítas era justamente que eles vivessem maritalmente com mulheres japonesas (Ibid., p. 80). Isto deu aos defensores de Cristóvão Ferreira um forte – embora não absoluto – argumento em seu favor. Os superiores da Companhia de Jesus no Japão estavam, contudo, atentos para o fato de que, nesta situação de clandestinidade, em que os padres se viam obrigados a buscar refúgio nas casas dos fiéis e a estar ao mesmo tempo junto de mulheres e longe dos atos de culto, o voto de castidade era frequentemente quebrado (Ibid., p. 81).

Os novos apóstatas passaram, então, a cumprir um papel à parte nesta dinâmica, tornando-se eles mesmos de perseguidos a perseguidores. Há, nesta época, obras escritas por ex-cristãos com o objetivo de atacar o cristianismo católico. Uma delas foi o “*Ha daiusu*” (“Deus destruído”), do ex-irmão Fabião, no qual ele advoga claramente contra os portugueses e espanhóis e seus interesses políticos, contrapondo suas invectivas ao primeiro mandamento de Cristo, “amar a Deus sobre todas as coisas”. Continuando o raciocínio de Fabião, este mandamento se choca também com a autoridade do xógum: se as ordens dele não fossem adequadas aos preceitos de Deus, na interpretação dos padres, os cristãos prefeririam obedecer a estes, o que traria instabilidade interna. Além disso, Fabião levanta fatos históricos em que se vê comprovada a intenção de dominação política, situações em que primeiramente foram enviados missionários e depois guerreiros, que tinham sua tarefa incrivelmente facilitada. Diante de tal exposição, e de outras consoantes a esta, muitos, principalmente nobres, passaram a renegar o cristianismo também. Como diz Coutinho (1999, p. 93), “a decisão dos Tokugawa em abolir a lei dos padres foi a causa de muitos nobres terem renegado o cristianismo, mais pelas circunstâncias do que por convicções religiosas”.

Outra razão para rechaçar os missionários portugueses, além desta visão baseada em prováveis interesses políticos e econômicos por parte deles, era um acontecimento que se tornava

cada vez mais corriqueiro: a extrema pobreza dos japoneses, por causa das longas guerras civis. Esse quadro tornou comum a prática, por parte das classes mais baixas, da venda de crianças como escravas aos portugueses. Boxer (1986, p. 45) diz que um dos motivos para a ordem de expulsão dos jesuítas em 1587 foi a indignação das autoridades japonesas com este tráfico de pessoas. Os líderes jesuítas reagiram a isto combatendo de forma veemente a compra de escravos japoneses, sem, no entanto, conseguir aplacar o ódio do *bakufu* (YAMASHIRO, 1989, p. 103).

Aumentam as tensões: a chegada de holandeses e ingleses

Aos ataques dos apóstatas soma-se a interferência de inimigos europeus. Em 1600, chegaram ao Japão os grandes concorrentes dos portugueses: aportou a nau holandesa *Liefde*, conduzida pelo inglês William Adams, que começou a ganhar cada vez mais prestígio com o xógum (COUTINHO, 1999, p. 30-31). Adams tornou-se intérprete e, mais além, o intérprete preferido, pois tinha a “vantagem” de não atuar como um religioso. Este entendimento pôs em risco o trabalho e a vida de muitos jesuítas, inclusive de João Rodrigues Tçuzzu, que escreveu a primeira gramática de língua japonesa. Se o xógum tolerava a presença dos missionários, isto se dava em grande parte por causa dos serviços que eles prestavam como intérpretes, fundamentais para a manutenção do elo comercial com os portugueses.

Os holandeses agiram com astúcia. Levavam bons presentes e concordavam em pagar impostos sobre os produtos importados e exportados, o que favoreceu a sua atividade comercial. A primeira coisa que mostraram aos japoneses foram as suas armas. Fornecendo armas aos japoneses, os comerciantes portugueses conseguiram lucro certo, por causa dos conflitos internos. Os holandeses pretendiam seguir o mesmo caminho.¹⁴ A partir deste momento, Tokugawa Ieyasu, antes reticente em relação aos missionários jesuítas, não desejando prejudicar as relações comerciais com Portugal, começou a cogitar novas e aparentemente promissoras perspectivas na

¹⁴ “Se os Portugueses foram os introdutores das armas de fogo no Japão, que vieram a exercer grande influência no rumo dos acontecimentos políticos daquelas ilhas, desde os tempos de Oda Nobunaga, os Holandeses, desde a primeira hora, foram vistos como detentores e ótimos manejadores de bom armamento. Quando tiveram oportunidade de visitar Ieyasu e o seu filho Hidetada, incluíram armas entre os presentes, o que levou o xogum a declarar que compreendia que eram entendidos nas coisas da guerra e peritos no fabrico de armas.” *Ibid.*, p. 105.

diversificação de parceiros comerciais, de onde esperava obter mais vantagens (BOXER, 1986, p. 47).

Foi assinado um pacto anglo-holandês, na tentativa de unir forças contra Portugal e Espanha. Embora na Europa este acordo tivesse sido celebrado sem maiores entraves, no Oriente, na hora de serem colocadas em prática as suas determinações, houve conflito. Os ingleses reclamavam da postura dissimulada e soberba dos holandeses; estes, por sua vez, afirmavam que os ingleses não tinham condições de cumprir o que fora acordado (Ibid., p. 111). O problema é que ambos os lados tinham razão. Enfim, os holandeses se destacaram nas negociações, e mesmo um acordo de paz assinado entre portugueses e ingleses, em 1635, não foi capaz de impedir o avanço e a prosperidade dos holandeses no Japão, interrompida apenas pelas duras limitações impostas pelos japoneses em uma atitude defensiva, após 1640, quando já eram os seus únicos parceiros comerciais. A atitude dos holandeses foi a de “se sujeitar a múltiplas exigências por parte das autoridades japonesas. Eram tolerados, desde que não transgredissem o que lhes era imposto” (Ibid., p. 163). Além disso, os comerciantes holandeses estavam interligados e protegidos pela Companhia das Índias Orientais (VOC), o que lhes dava certa vantagem frente aos concorrentes portugueses. A atividade da Companhia das Índias Orientais era diferente da atividade da coroa portuguesa, que possuía outras preocupações – associadas ao padroado – além das comerciais.

Considerações finais

O período que se convencionou chamar Século Cristão no Japão foi bastante turbulento, tanto pela chegada dos europeus quanto pelos conflitos domésticos. Na teia das relações externas e internas, a presença dos jesuítas portugueses foi o que ajudou as relações comerciais incipientes entre Portugal e Japão, mas ao mesmo tempo foi também um dos motivos para o rompimento destas relações.

O trabalho dos jesuítas no aprendizado da língua, no trabalho de intérpretes, na tarefa de “antropólogos”, enfim, no conhecimento do povo recém-descoberto é algo de que os comerciantes jamais poderiam prescindir. Por outro lado, a insistência dos jesuítas em permanecer em território japonês, mesmo depois de tantos éditos de expulsão, inviabilizou a continuidade do trabalho dos comerciantes. Como acontece geralmente quando há questões religiosas envolvidas, houve perseguição, punição e difusão da apostasia, neste caso motivadas mais por razões políticas que por razões religiosas.

Com a chegada de holandeses e ingleses, seus concorrentes não apenas no comércio, mas também, de certa forma, na religião, os portugueses tiveram seu monopólio ameaçado e, em seguida, quebrado, até que por fim os holandeses o tomaram e a política do *sakoku* resultou no fechamento do Japão ao comércio com outros países europeus que só se encerraria em 1868, já na Era Meiji (FRÉDÉRIC, 2008, p. 996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BOURDON, L. **La Compagnie de Jésus et le Japon (1547-1570)**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1993.
2. BOXER, C. **A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 1981.
3. _____. **O Império marítimo português (1415-1825)**. Lisboa: Edições 70, 2000.
4. _____. **Portuguese Merchants and Missionaries in Feudal Japan (1543-1640)**. Hampshire: Variorum, 1986.
5. COUTINHO, V. **O fim da presença portuguesa no Japão**. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999.
6. FRÉDÉRIC, L. **O Japão: dicionário e civilização**. Tradução Álvaro David Hwang et al. São Paulo: Globo, 2008.
7. JANEIRA, A.M. **O impacto português sobre a civilização japonesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
8. MATSUDA, K. **The Relations Between Portugal and Japan**. Lisboa: JIU-CEHU, 1965.

9. PEREIRA, A.G. **Índia portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953, p. 151.
10. SANSOM, G. B. **The Western World and Japan** – a Study in the Interaction of European and Asiatic Cultures. Tokyo: Charles E. Tuttle Company, 1977.
11. SOUSA, F. **Oriente conquistado a Jesus Cristo**. Intr. e rev. M. L. de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1978, p. 1121.
12. YAMASHIRO, J. **Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII**. São Paulo: IBRASA, 1989.